



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

MACILDA PEDRO DA SILVA OLIVEIRA

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ E O
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA REGULAR: UM
BREVE PANORAMA DO MUNÍCIPIO DE NOVA CRUZ/RN**

MOSSORÓ/RN

2017

MACILDA PEDRO DA SILVA OLIVEIRA

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ E O
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA REGULAR: UM
BREVE PANORAMA DO MUNICÍPIO DE NOVA CRUZ/RN**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador: Milena Paula Cabral de Oliveira

MOSSORÓ/RN

2017

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA REGULAR: UM BREVE PANORAMA DO MUNÍCIPIO DE NOVA CRUZ/RN

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Defendida em: 01 / 07 / 2017.

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

Um dos focos da educação que vem sendo refletido é o processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva na escola, mas a ação da sociedade em pensar na aprendizagem da pessoa com deficiência nem sempre aconteceu. Sabemos que historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas do contexto social e escolar, sendo negado a estas o acesso a estes espaços e o direito de aprender. As pessoas com surdez enfrentaram inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Observando a trajetória histórica do ontem e o processo do hoje, a história da humanidade testemunhou a forma como as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade. Assim, este texto tem como objetivo mostrar como as escolas da rede regular de ensino do município de Nova Cruz/RN compreendem o processo de inclusão de pessoas com deficiência, em especial, os alunos surdos e de que forma o atendimento educacional especializado têm contribuído. A abordagem da pesquisa é qualitativa de forma que busca compreender e analisar a influência da relação entre professores e alunos com necessidades educacionais especiais – NEE tendo como foco a inclusão de alunos com deficiência auditiva na sala de ensino regular – AEE. Os principais resultados apontaram que a educação especial foi vista sob diferentes enfoques, desde definições próximas aos de integração social. As escolas pesquisadas apresentaram em diversos aspectos concordância à inclusão dos alunos com deficiência auditiva na sala de ensino regular.

PALAVRAS CHAVES: inclusão; AEE; Deficiência Auditiva

ABSTRACT

One of the focuses of the education that is being reflected is the process of inclusion of the students with hearing deficiency in the school, but the action of the society in thinking about the learning of the person with deficiency did not always happen. We know that historically, people with disabilities have been excluded from the social and school context, denied them access to these spaces and the right to learn. People with deafness faced numerous obstacles to participating in school education, resulting from hearing loss and the way school education proposals are structured. Looking back at yesterday's historic trajectory and today's process, the history of mankind has witnessed the way people with disabilities have been excluded from society. Thus, this text aims to show how the schools of the regular network of education in the municipality of Nova Cruz / RN understand the process of inclusion of people with disabilities, especially the deaf students and in what way the specialized educational service have contributed. The research approach is qualitative in a way that seeks to understand and analyze the influence of the relationship between teachers and students with special needs, focusing on the inclusion of students with hearing impairment in the regular classroom - AEE. The main results pointed out that special education was seen in different approaches, from definitions close to those of social integration. The schools surveyed presented in several aspects agreement to the inclusion of students with hearing loss in the regular classroom.

KEY WORDS: inclusion; AEE; Hearing deficiency

1 MOTIVAÇÕES INICIAIS DE NOSSO ESTUDO

Este artigo tem por objetivo investigar o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva/surdez no contexto da escola regular e a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Nova Cruz/RN.

As motivações iniciais de nosso estudo emergem de nossa atuação como professores, responsáveis pela formação de nossos alunos, tendo em vista o nosso compromisso e responsabilidade em ofertar uma educação de qualidade e de forma inclusiva. Sendo assim, foi visto a necessidade de conhecer como se dá o processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva/surda, nas escolas estaduais de ensino regular do município de Nova Cruz/RN, e apontar a importância da qualificação profissional na perspectiva de uma educação inclusiva e de qualidade.

Sendo assim, dentro da proposta apresentada, buscamos entender a surdez e a importância dos ouvintes juntamente com os profissionais de educação para ampliarem seus entendimentos sobre pessoas surdas, e a utilização da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais - de modo a contribuir para uma melhor comunicação entre a comunidade surda ampliando, principalmente, o acesso a informação e a igualdade.

Desse modo, para compreender o processo de inclusão de crianças, jovens e adultos no contexto da escola regular se faz necessário compreender o que é a deficiência auditiva. Assim, brevemente, resgatamos, dentre os nossos estudos, alguns aspectos e características básicas dessas Necessidades Educacionais Especiais - NEE: a deficiência auditiva é a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido. Manifesta-se como surdez leve/moderada ou surdez severa /profunda.

A surdez leve/moderada é a perda auditiva de 25 a 70 dB¹. Nessa situação, a pessoa, por meio de uso de Aparelho de Amplificação Sonora Individual – AASI, torna-se capaz de processar informações linguísticas pela audição. Entretanto, a surdez severa/profunda caracteriza-se pela perda auditiva acima de 71 dB, nesse caso a tendência seria o desenvolvimento natural da língua de sinais.

A língua de sinais é uma modalidade linguística gestual-visual, onde gestual significa o conjunto de elementos linguísticos, manuais, corporais e faciais necessários para a articulação do sinal, apresentando uma estrutura gramatical própria para a operacionalização

1 O decibel (dB) é uma unidade logarítmica de medição da intensidade sonora perceptível ao ouvido humano.

do pensamento de uma pessoa surda. No Brasil, a língua de sinais tem como nomenclatura a sigla LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas do contexto social e escolar, sendo negado a estas o acesso a estes espaços e o direito de aprender. Por outro lado, com o crescente movimento em favor da educação inclusiva, pautada na concepção de direitos humanos, segundo a qual todos os alunos têm o direito de frequentar uma mesma escola, convivendo e aprendendo juntos, sem restrições, estas pessoas passaram a ter acesso aos espaços sociais e principalmente à escola comum.

A política educacional brasileira prevê que haja, nas escolas regulares ou instituições especializadas, um Atendimento Educacional Especializado (AEE) que seja um suporte para que a educação inclusiva ocorra em nosso país. Um dos fatores de relevância para o alcance deste objetivo é o um trabalho colaborativo entre professores do AEE e professores da sala regular.

Assim, este texto tem como objetivo mostrar como as escolas da rede regular de ensino do município de Nova Cruz/RN compreendem o processo de inclusão de pessoas com deficiência, em especial, os alunos surdos e de que forma o Atendimento Educacional Especializado têm contribuído.

Nesse contexto, nos questionamos: as crianças, jovens e adultos com deficiência auditiva estão matriculados no contexto da sala de aula comum? O município pesquisado tem ofertado Atendimento Educacional Especializado de forma complementar e suplementar aos alunos público alvo da educação especial? Qual o panorama da educação especial no município?

Para isso, o trabalho discorrerá sobre uma pesquisa a partir do referencial teórico proposto ao longo do curso de especialização e sobre uma pesquisa de campo, a qual será realizada nas escolas estaduais pertencentes ao município de Nova Cruz/RN, visando entender como se dá o processo de inclusão das pessoas com deficiência auditiva nas referidas instituições de ensino na comunidade em foco.

Em resposta a essa problemática, deduziu-se a hipótese de que a ocorrência da inclusão de alunos com deficiência auditiva/surdez acontece através do Atendimento Educacional Especializado – AEE – em consonância com as concepções inclusivas dos seus professores do ensino regular, situações as quais proporcionam condições necessárias ao aprendizado desses alunos.

1.1 Nosso percurso metodológico

A presente pesquisa discute a inclusão dos alunos com deficiência auditiva/surdez na sala de ensino regular em parceria com os professores regentes e professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE, das escolas estaduais do município de Nova Cruz/RN.

A abordagem da pesquisa é qualitativa de forma que busca compreender e analisar a influência da relação entre professores e alunos com NEE tendo como foco a inclusão de alunos com deficiência auditiva na sala de ensino regular – AEE.

Segundo Robert Stake (2011) a pesquisa qualitativa é baseada principalmente na percepção e na compreensão humana, por meio de diferentes pontos de vista. A pesquisa qualitativa é também situacional, cada momento e local são únicos, possuem suas especificidades, por isso nesse modo de pesquisa não cabe generalizações. No entanto, o objetivo da pesquisa é exploratória, pois tem em vista construir hipóteses sobre o tema proposto. Para Andrade (2010)

A pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quanto à bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica e com pesquisa de campo. Para Lakatos e Marconi (2008), a pesquisa bibliográfica tem por objetivo conduzir o pesquisador ao contato com determinado assunto, seja por meio de livros, jornais, revistas, rádio, filmes entre outros. A pesquisa de campo tem por finalidade conseguir informações e conhecimentos sobre um determinado problema, buscando encontrar uma resposta.

Para coleta de dados, foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário semiestruturado, pois teve um roteiro de perguntas pré-estabelecido, onde as instituições de ensino pesquisadas tiveram espaço para exprimir suas opiniões. A análise de dados está junto do referencial teórico, já que não faria sentido separá-los, pois os dados pesquisados foram analisados a luz dos autores apresentados.

2 A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ E O AEE: um breve panorama

Atualmente, a educação no Brasil vem sendo muito debatida, por pensadores, professores, gestores, ONGs. A comunidade escolar como um todo vem buscando formas de melhorar a qualidade da escola pública.

Um dos focos da educação que vem sendo refletido é o processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva na escola, mas a ação da sociedade em pensar na aprendizagem da pessoa com deficiência nem sempre aconteceu.

2.1 A Deficiência auditiva do ponto de vista histórico

Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade. Segundo Fuzzeto (2017), durante a antiguidade, as pessoas com deficiência eram vistas como detentores de espíritos malignos – as cidades gregas: Atenas e Esparta tiveram destaque com práticas excludentes.

O histórico das pessoas com deficiência auditiva/surdez não se distancia das demais deficiências, pois na antiguidade prevaleciam os sentimentos de piedade e compaixão para com estas pessoas, chegando a acreditar que se tratava de pessoas castigadas por deuses ou enfeitiçadas, o que as levava ao abandono ou aos sacrifícios.

As pessoas com surdez enfrentaram inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Observando a trajetória histórica do ontem e o processo do hoje, a história da humanidade testemunhou a forma como as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade.

A história da educação de surdos iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de surdos (I.N.E.S.). Fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês Emet Huet que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. No início, os surdos eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilologia e sinais.

A disciplina "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões e a desenvolver a linguagem oral. Assim se deu o primeiro contato com a Língua de Sinais. É importante ressaltar que naquele tempo, o trabalho de oralização

era feito pelos professores comuns, não havia os especialistas. Dessa forma a comunidade surda passou a conquistar seu espaço na sociedade.

O século XVIII foi considerado extraordinário para a comunidade surda, dado que surgiu a utilização da língua de sinais na Europa, segundo a qual se expandiu para os Estados Unidos e os surdos conquistaram eminência e responsabilidade econômica e social perante a sociedade.

Assim, levaram-se muitos séculos para que as pessoas com deficiência auditiva fossem consideradas seres humanos com direitos sociais e possuidores de intelectualidade. Atualmente, as pessoas com NEE ainda sofrem com a discriminação, todavia, existem leis que defendem os direitos das mesmas. A exemplo podemos citar LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, a qual trata do Estatuto da pessoa com deficiência e que em seu Art. 1º tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A partir dessas contribuições, pode-se chegar a um consenso acerca da importância de uma proposta educacional que permita às crianças surdas a aquisição/aprendizado de duas línguas: a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa, em suas modalidades oral e escrita.

2.2 O Atendimento Educacional Especializado: marco legal e educacional

A escola, ao desenvolver o Atendimento Educacional Especializado, deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, os alunos com deficiência auditiva sejam atendidos de acordo com suas especificidades.

Segundo Spenassato (2009) a maioria das escolas não apresenta um quadro de inclusão de alunos com NEE, dentre esses, os surdos. Ainda há carência de salas apropriadas, de materiais, de recursos visuais, de metodologias e, principalmente, de professores especializados ou intérpretes, entre outros.

Segundo a Resolução nº4/2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial em seu artigo 2, afirma que o Atendimento Educacional Especializado – AEE (2009) tem como função: “[...] complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação e desenvolvimento de sua aprendizagem”.

No momento educacional atual, todos os alunos com deficiência que estão no ensino regular têm direito ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, para garantia de seu acesso e permanência na escola, por sua vez;

O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2009, p.1)

Para que o aluno surdo construa o seu conhecimento em uma sala de aula inclusiva, ele deve ser estimulado a pensar e raciocinar, assim como os alunos ouvintes. Portanto, o professor deve desenvolver estratégias pedagógicas que despertem o interesse do aluno surdo.

O Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais afirma que as salas de recursos multifuncionais são espaços que contam com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para atender o público-alvo da educação especial. Esse mobiliário é composto por equipamentos de informática, computador, mesa, cadeira, armário, lupas e materiais didáticos pedagógicos. (BRASIL, 2010)

A Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Em seu artigo 3º é assegurado o direito a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais Libras, Braille, a visualização de textos, sistema de comunicação tátil, caracteres ampliados, dispositivos de multimídia, linguagem simples, escrita e oral, sistemas auditivos, meios de voz digitalizados, englobando as tecnologias de comunicação e informação.

Para que a escola seja considerada um espaço inclusivo ela deve ser democrática ajustando seu contexto real e respondendo aos desafios que lhes são apresentados.

Não podemos deixar de citar a Convenção de Guatemala que aconteceu em 1999, (sancionada no Brasil em 2001), a qual defendia os direitos das pessoas com deficiência, e pedia o fim da discriminação. Em 2002 a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como legítimo meio de comunicação, e passou a ser incluso na grade curricular de formação de professores. Nesse sentido, os alunos com deficiência são de responsabilidade de toda comunidade escolar, e para que a inclusão aconteça na escola, a mesma deve estar sempre refletindo suas práticas e buscando melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, para garantir que toda comunidade escolar seja beneficiada.

Naturalmente, nas escolas que atendem os alunos com deficiência auditiva, as estratégias utilizadas no desenvolvimento curricular procuraram atentar para o fato de que alunos e professores precisam comunicar-se em língua portuguesa (falada ou escrita) como também em língua brasileira de sinais (LIBRAS).

Por outro lado, enquanto o professor não dominar a LIBRAS a escola deve organizar-se de modo que professores e alunos desenvolvam um tipo de dinâmica em sala de aula no qual o conhecimento seja de fato compartilhado.

Diante dos conteúdos apresentados, é necessário que os professores utilizem imagens visuais e, quando o conceito for muito abstrato, devem recorrer a outros recursos didáticos utilizados na sala de aula comum para a compreensão dos conteúdos curriculares, não deixando de buscar a inserção do aluno no AEE - Atendimento Educacional Especializado para que este possa aprender LIBRAS.

Sendo assim, os alunos com surdez devem ser observados por todos os profissionais que direta ou indiretamente trabalham com eles, cuja observação deve seguir os seguintes critérios: sociabilidade, cognição, linguagem (oral, escrita, visuoespacial), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos. Também é necessário realizar os registros das observações em relatórios, os quais devem conter todos os dados colhidos ao longo do processo e compartilhado com os profissionais da sala de Atendimento Educacional Especializado para melhoria dos resultados e para que seja possível realizar a verdadeira inclusão.

2.3 Um breve panorama no município de Nova cruz/RN

Para alcançarmos o resultado da pesquisa apresentada, foi aplicado um questionário nas 05 (cinco) Escolas existentes da rede Estadual do município de Nova Cruz/RN. O questionário foi estruturado de modo a conhecer os números da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado no município de Nova Cruz/RN.

NUMERO DE ESCOLAS PESQUISADAS	05
NUMERO DE SALA DE AEE	02
NUMERO DE SALA EM FUNCIONAMENTO	01
PROFESSORES COM ESPECIALIZAÇÃO EM AEE	00
PROFESSORES COM ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS	01
Nº DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	45
Nº DE ALUNOS ATENDIDOS	16
Nº DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/ SURDEZ	03

O município de Nova Cruz/RN veem numa perspectiva de ofertar educação inclusiva desde muito tempo. Para isso foram realizados alguns convênios do Governo Federal com o

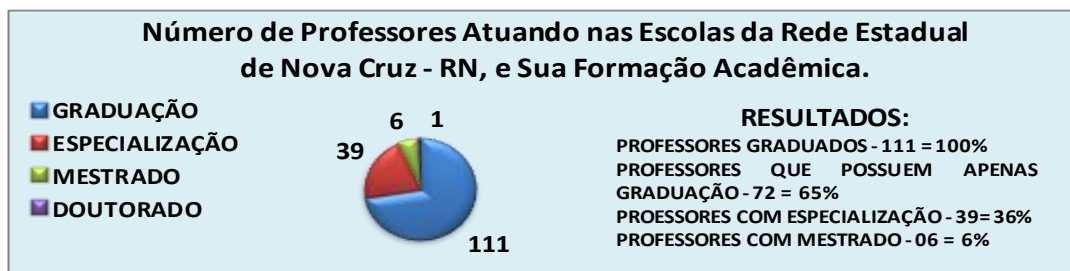
município no período de 01/01/1996 a 04/06/2017, tendo como objeto conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com NEE no processo de ensino, com qualidade social, na perspectiva da educação inclusiva.

Outro convênio realizado teve por objeto conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com NEE no processo de ensino, com qualidade social, na perspectiva da educação inclusiva, por meio da ação de formação de gestores e educadores.

Na expectativa de educação inclusiva o município de Nova Cruz, ofertou através da secretaria municipal de educação o 1º Seminário Regional de Formação de gestores e educadores – Educação Inclusiva: direito à diversidade no período de 26 á 30 de dezembro de 2005 com uma carga horária de 40 horas. Já no período de 19 a 23 de maio de 2014 o município de Nova Cruz sediou o VII SEMINÁRIO REGIONAL - PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE, cujo objetivo foi compreender e fortalecer a gestão dos sistemas educacionais inclusivos, expandindo e concretizando orientações políticas, técnicas e pedagógicas em torno da comunidade escolar.

Mediante alguns dados apresentados, é notória a presença de parcerias e convênios entre as esferas federais e municipais. Porém, ainda não são perceptíveis avanços significativos em nossa realidade educacional, haja vista a precariedade de professores formados na área de Atendimento Educacional Especializado, a falta de intérpretes de LIBRAS e os poucos cursos ofertados na área de inclusão.

Ao realizar algumas visitas nas unidades escolares estaduais de nosso município, as principais queixas apresentadas pelas escolas pesquisadas são: a falta de qualificação profissional, infraestrutura, necessidade de interprete/tradutor de LIBRAS e a falta de pessoas especializadas em Atendimento Educacional Especializado. Observando as queixas apresentadas, a que mais se destaca é em relação à formação profissional. Dentro das 05 (cinco) escolas pesquisadas foi possível encontrar 111 (cento e onze) professores, porém, apenas 39 (trinta e nove) possuem especialização. Observe o gráfico a seguir:



A partir desses dados, percebe-se a necessidade de implementação de políticas públicas corroborativas para o progresso da inclusão de alunos com deficiência. Principalmente no que se refere à inclusão das pessoas com surdez. É necessário um trabalho sério, articulado entre a sala de aula comum, o Atendimento Educacional Especializado – AEE e a família.

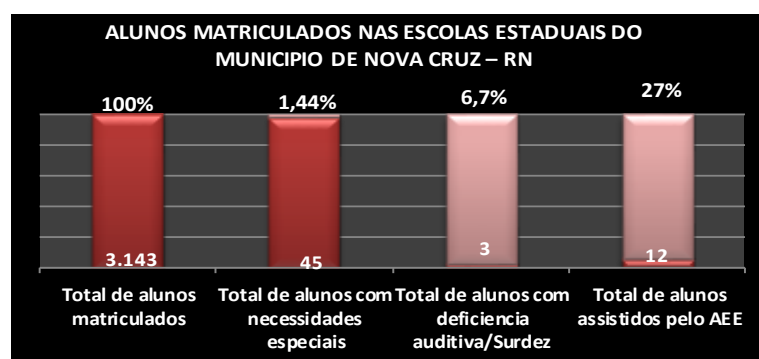
Para que as escolas possam favorecer o desenvolvimento do processo inclusivo, é necessário criar estratégias que incluam formação de recursos humanos com o objetivo de conseguir sanar ou minimizar a exclusão de qualquer pessoa no sistema educacional, além de buscar a qualificação dos profissionais através de especializações e cursos de formação continuada, para que os educadores tornem-se mais preparados no desempenho das atividades educacionais.

A proposta inclusiva, para muitos professores, leva em consideração apenas a possibilidade de interação social dos discentes, visando muito mais o “bem-estar” social dos alunos, desconsiderando as possibilidades de um real desenvolvimento cognitivo (GOMES; BARBOSA, 2011).

Corroborando com (GOMES; BARBOSA, 2011), a proposta inclusiva deve ser bem maior que a de se pensar em um bem estar social: é realmente necessário se refletir sobre o desenvolvimento cognitivo, e, para isso, é imprescindível estar preparado, pois cabe ao professor de sala de aula, bem como do professor do AEE, o desenvolvimento intelectual e da autonomia do seu aluno com deficiência.

À luz de Mantoan (2009), grande parte dos professores “[...] tem uma visão funcional do ensino e tudo que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado.” Entende-se que inovar e ultrapassar as barreiras impostas pela educação puramente funcional é o caminho ideal para promover a educação inclusiva de qualidade.

Deste modo, o processo de inclusão contempla a pedagogia da diversidade humana, haja vista que todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente das diferenças individuais, sejam elas de origem social, de nível socioeconômico, de etnia ou linguística. A inclusão escolar deve ser vista como um processo dinâmico e gradual que pode tomar formas diversas dependendo das NEE dos/as alunos/as, já que se pressupõe a integração/inclusão. Contudo, a inclusão escolar não ocorre ainda da forma como deveria, a jogar os dados apresentados logo a baixo:



O gráfico apresentado mostra um número pequeno de alunos com deficiência na sala de ensino regular, porém a grande preocupação é que menos de 30% são atendidos por profissionais especializados ou participam da sala de AEE. Outro fato observado é que nem todos os alunos inseridos no ensino regular são acompanhados por um interprete de LIBRAS, ficando esta função somente aos professores do Atendimento Educacional Especializado e que por muitas vezes não tem a formação específica para o atendimento. Para Damázio (2007, p. 13);

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento (sic) da aprendizagem. (AEE).

Dentre as 05 (cinco) escolas pesquisadas apenas uma dispõe de atendimento na sala de AEE, embora duas escolas tenham sido contempladas, apesar de existir curso de LIBRAS que atende a 264 alunos das escolas pesquisadas, as quais oferecem um ponto inicial de inclusão e socialização entre alunos surdos e ouvintes pertencentes à comunidade escolar.

Sendo assim, o artigo apresentado enfatizou a quantidade de escolas estaduais do município de Nova Cruz/RN que prestam um atendimento educacional às pessoas com NEE, além de ter apresentado o número de alunos que frequentam essas escolas, o número de alunos com NEE, o número de alunos que são acompanhados pela sala de AEE, o número de alunos surdos e o número de profissionais especializados.

Portanto, essa pesquisa teve o intuito de promover um ponto de partida para se chegar ao conhecimento da qualidade das práticas educativas realizadas pelas escolas e por professores da rede regular de ensino de Nova Cruz/RN, tendo em vista compreender a surdez

em seu processo de construção histórica e social, e o atendimento na sala de ensino regular e na sala de AEE.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Educação Especial desenvolveu-se em um grande contexto educacional marcado por grandes transformações políticas, sociais e econômicas que permearam seu condicionamento, desde a antiguidade até a atualidade.

Os dados coletados na pesquisa permitiram refletir sobre os aspectos que contemplam a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência auditiva no sistema regular de ensino das escolas estaduais no município Nova Cruz/RN.

Os principais resultados apontaram que a educação especial foi vista sob diferentes enfoques, a saber, as definições próximas aos de integração social. As escolas pesquisadas apresentaram em diversos aspectos concordância à inclusão dos alunos com deficiência auditiva na sala de ensino regular. Porém, apenas uma dispõe do profissional tradutor/intérprete de LIBRAS o qual realiza atividades de valorização a língua de sinais, e trabalha não apenas na formação de alunos com deficiência auditiva, mas com toda a equipe profissional e alunos ouvintes da instituição.

Os resultados mostraram que os professores ainda não estão preparados para a inclusão, um dos fatores que nos faz acreditar nessa possibilidade foi às visitas realizadas nas instituições de ensino, as quais foram apresentadas o questionário de pesquisas. Em alguns casos, os gestores de duas escolas optaram pela participação dos profissionais que atuam nas salas de Atendimento Educacional Especializado.

Em ambas as escolas, os profissionais anteriormente citados alegaram ter experiência na área de atuação, porém apresentam a falta de formação em AEE, a falta de conhecimento e a falta de prática na língua de sinais – LIBRAS, a existência de pouca habilidade em manusear e realizar a leitura em braile, porém, segundo a fala dos professores da sala de AEE, é predominante a falta de interesse e envolvimento dos demais profissionais que compõem o corpo docente das referidas escolas, haja vista a falta de empenho dos professores em participar do curso básico de libras que esta sendo ofertado em uma das escolas investigadas.

Nas outras 03 (três) escolas o resultado não foi muito diferente, os gestores responsáveis em responder o questionário alegaram não dispor de sala de AEE – Atendimento Educacional Especializado, além de não ter dentro de suas instituições de ensino intérprete de LIBRAS ou professores com formações específicas para AEE. Outro ponto interessante é que todas as 05 (cinco) escolas pesquisadas apresentaram necessidades de mudanças na

infraestrutura e uma melhor qualificação profissional em seu quadro docente para que fosse possível ofertar uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva.

Sendo assim, em todas as escolas pesquisadas é notória a necessidade da qualificação nas práticas educacionais essenciais, onde os professores busquem participar de capacitações para a promoção da inclusão. Também é importante ressaltar que a grande maioria dos educadores acredita que inserção dos alunos na escola do ensino regular, apesar de ser um grande desafio, torna-se possível a partir de um trabalho sério e contínuo realizado com atendimento especializado.

Portanto, o apoio educacional realizado pelo AEE às crianças deficientes deve criar condições de aprendizagem básicas do aluno, no entanto, os educadores não percebem impacto da metodologia utilizada neste atendimento, mas compreendem que o procedimento, através dos materiais didáticos e pedagógicos acessíveis facilita no ensino e na aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANJOS, H. P.; ANDRADE, E. P.; PEREIRA, M. R. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso**. **Revista Brasileira de Educação**, v.14 n.40, p.116-129, 2009.

BIANCHETT, Lucídio. **Aspectos Históricos da Educação Especial**. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.3 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> . Acesso em: 29 de abril de 2017.

. _____. **Lei de nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 1996.

_____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: 29 de abril, 2017.

_____. Resolução nº 4 de Outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p.17. 2009.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P. e MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especial: aspectos legais**. In: FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P. e MANTOAN, M. T. E. **Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas** – São Paulo: MEC/SEESP, p. 25-42, 2010.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial:** programa de estimulação precoce – uma introdução as ideias de Feuerstein. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995. 246p.

FUZETTO, Murilo Muniz. **O deficiente na sociedade:** a convivência com o preconceito. Encontro de Iniciação Científica, v. 8 n. 8. 2012. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/view/3530/3285>
Acesso em: 29 de abril de 2017.

GAIO, R.; MENEGETTI, R. G. K. **Caminhos pedagógicos da educação especial.** 3 ed., Vozes: Petrópolis – RJ, 2010.

GOMES, C.; BARBOSA, A. J. G. A inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Ver. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.12, n.1, p.85-100, 2011.

GOMES, A. L. L. V.; POULIN, J. FIGUEREIDO, R. V de. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Moderna: São Paulo – SP, 2009.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil:** História e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa:** estudando como as coisas funcionam. Tradução de Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.